

Passado revela risco do câmbio

Rio — A moratória que o Governo está pensando em decretar, substituindo o pagamento dos juros da dívida externa em dólares por cruzados, durante três meses, além de ser uma medida sem paralelo na história do Brasil, não vai resolver o problema fundamental que é a ausência de uma política realista de câmbio, que impediu, inclusive, as exportações.

A explicação é da professora e historiadora Maria Bárbara Levy, diretora adjunta da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), citando que a primeira grande moratória brasileira, a de 1898, quando Joaquim Murtinho era o ministro da Fazenda, diferiu totalmente da que agora se planeja.

— Pela moratória de 1898, que teve base no Funding Loan (emprestímo que fundiu a dívida externa toda), o Brasil se comprometeu a manter um fundo em ouro, nos bancos credores externos, até o término do pagamento da dívida, exatamente o oposto de agora, que se fala num fundo em cruzados — acrescentou.

Segundo a historiadora, o estabelecimento de um fundo em ouro no exterior foi bom a curto prazo, pois sem pagar dívida externa foi possível ao Governo sanear o Rio de Janeiro, entre outras ações. Mas, a longo prazo, foi problemático, pois, por ter acabado não pagando a dívida, o Brasil renovou-a e continuou devendo. Depois, houve novas moratórias, em 1914, 1931 e 1937.

Considera Maria Bárbara Levy que a origem da atual proposta está no fato de que, desde outubro e no-

vembro do ano passado, os exportadores estão retendo ao máximo suas exportações, porque não estão dispostos a fazê-las com uma taxa de câmbio artificial. Até mesmo algumas empresas estatais também não estão exportando, porque não querem receber uma quantia ridícula em cruzados, em troca dos dólares exportados.

Esse quadro, segundo a historiadora econômica, gerou uma dificuldade séria de caixa: se o País não exporta, não tem como pagar sua dívida externa. Daí que, agora, a tentativa da moratória com depósito dos juros em cruzados torna quase impossível incentivar uma política de câmbio realista no Brasil, onde as empresas estatais, sobretudo, devem bilhões de dólares, uma dívida oriunda principalmente de administrações anteriores à Nova República.

O que deixa o Governo impossibilitado de promover qualquer política cambial realista é a dívida das estatais em dólares — frisou Maria Bárbara — e isto bate na questão de manter essas empresas estatizadas. O problema também — lembrou — é que, se houver uma maxidesvalorização, as estatais ficarão em perigo, especialmente porque não existe mais a conta-movimento do Banco do Brasil, deixando-as a mercê do Banco Central.

Para a historiadora, as medidas que o Governo vem planejando, incluindo a moratória, não vão reduzir as taxas de juros, como pensam alguns setores. Além disso, sua previsão é de que vai haver uma corrida ao dólar paralelo sem precedentes da parte dos investidores.